

SEGUNDA GERAÇÃO. O FUTURO COMPROMETIDO

Se, como vimos, o presente não é nada animador, o futuro apresenta-se comprometido. A primeira geração de caboverdianos em Portugal, gastou o seu projecto, muitas vezes fruto da tão portuguesa "lei do desenrascanço".

Na educação, foi a estagnação total. Há, actualmente, ausência de um Plano Nacional de Alfabetização e que funcionou deficientemente nos anos a seguir ao 25 de Abril. Algumas experiências de alfabetização de adultos funcionaram de forma desgarrada em alguns bairros e de iniciativa das associações. Destaque para Associação Caboverdiana que foi a primeira a editar material pedagógico-didáctico para alfabetização de falantes de crioulo. Como consequência o analfabeto continua analfabeto e aqueles que eram portadores de alguma escolarização já iniciada em Cabo Verde viram o seu projecto educativo bloqueado.

E a segunda geração?

As maiores preocupações vão, sem dúvida, para a educação, possibilidades de ingresso no mercado de trabalho e o modelo de integração que tenha em conta a bipolaridade de referências culturais.

Os filhos dos emigrantes caboverdianos em Portugal dificilmente continuam os estudos para além do 9º ano de escolaridade. O insucesso é sem dúvida uma das razões que estão na origem deste fenómeno. De facto, são poucos os filhos que atingem sequer aquele nível de escolaridade e mesmo os que o conseguem ou se encontram prestes a atingi-lo parece terem já definidas metas que nada têm a ver com uma eventual possibilidade de continuidade dos estudos.

Portadoras de uma cultura diferente da cultura do português médio a quem a escola se destina, com diferentes hábitos, diferentes padrões de relações familiares e sociais, diferentes valores, diferente experiência de vida, diferente língua materna, as crianças pertencentes às minorias étnicas, entre as quais avultam as de origem caboverdiana, defrontam-se aos 6/7 anos com uma escola em que nada disso lhes é reconhecido e muito menos valorizado, em que a ruptura com o seu passado é total.

A preocupação com o insucesso escolar das crianças caboverdianas teve início no Serviço de Orientação Educativa do Ministério da Educação quando se verificou que as escolas frequentadas por um grande número de crianças caboverdianas se encontravam entre as que registavam mais elevadas taxas de insucesso.

Assim, verificou-se que a quase totalidade de crianças caboverdianas (92%) se concentrava nos distritos de Lisboa e Setúbal e que as taxas de insucesso eram de 41 e 60%, respectivamente, na 1ª e 2ª fases. Desde então foram lançados alguns projectos a nível do primário, tendo como eixo orientador o conceito da escola intercultural, em contrapartida com antiga escola assimilacionista.

É de louvar a criação, em 91, do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, que lançou há pouco tempo um projecto de educação intercultural. Trata-se de um projecto piloto com todas as limitações daí resultantes aplicado a 30 escolas, algumas delas de população maioritariamente caboverdiana. No entanto, muitas ficaram de fora e questiona-se sobre a aplicação deste modelo de intervenção para as crianças caboverdianas, em geral.

Por outro lado, é sabido que as instituições educativas não podem resolver e superar, por si sós, todas as dificuldades inerentes a uma efectiva integração social dos emigrantes e das minorias étnicas que estão identificadas pelo próprio Ministério da Educação como uma população de alto risco de insucesso escolar. No entanto, elas têm um papel fundamental por serem pólos de distribuição e reprodução da igualdade/desigualdade de oportunidades.

A actual Reforma Educativa deve atender entre outros aos seguintes aspectos:

- maior incremento da rede pré-escolar junto dos bairros;
- aumento de horas de compensação educativa para apoio no ensino da língua;
- (in)formação aos professores das Escolas Superiores de Educação;
- edição de manuais escolares que contemplem as especificidades culturais das minorias étnicas.

O racismo é hoje uma realidade em Portugal, realidade para a que vimos alertando há muito tempo. Ninguém tem dúvidas que saiu já da clandestinidade, agravando a intolerável exclusão social, perda de identidade dos jovens. Por outro lado sofrem um processo de aculturação e mudam os seus traços culturais. Não raras vezes vêem-se confrontados com os padrões europeus, originando o desgaste da sua autoconfiança.

Como consequência do abandono escolar e da falta de preparação para o ingresso no mercado de trabalho, passam os dias a deambular pelas ruas dos bairros. O trabalho na construção civil, constitui uma das alternativas possíveis para esses jovens sem qualquer qualificação profissional, mas, muitas vezes recusam fazê-lo. A recusa pode ter a ver com a rejeição do modelo fracassado dos pais pela precaridade de emprego e baixo nível de rendimentos. É uma população numerosa em situação de alto risco, exposta à

marginalidade.

Referia, há pouco tempo, um jornal da Amadora que ainda não são conhecidos bandos organizados, mas apenas alguns grupos esporádicos que provocam desacatos. Segundo o mesmo jornal o tráfico da droga e o seu consumo encontram-se associados a outras práticas delituosas, como o furto e a prostituição. Apurámos, finalmente, que há em média, por semana, duas expulsões de caboverdianos por tráfico de droga.

Sem cair em alarmismos, nem em estereótipos, apenas queremos prevenir que, no que concerne à segunda geração, estamos assentes num *barril de pólvora*. Afinal que futuro para os nossos filhos, homens de amanhã da sociedade portuguesa? Quem pode ficar indiferente?